



# Estados autoritários e totalitários e suas representações

Coordenação

Luís Reis Torgal  
Heloísa Paulo

Coimbra • 2008

O ESTADO NOVO E AS PESCAS  
A RECRIAÇÃO HISTORICISTA DE UMA “TRADIÇÃO MARÍTIMA NACIONAL”\*

Introdução

Alguns historiadores interessados em debater a ideologia e a natureza política do salazarismo têm salientado a importância das relações discursivas entre nacionalismo, tradicionalismo e historicismo<sup>1</sup>. Procurando identificar o que designa por os “mitos ideológicos fundadores” do regime – proclamados por Salazar no “ano X da Revolução Nacional”, como se de uma liturgia política se tratasse –, Fernando Rosas destaca dois imbricados mitos, cujos enunciados fundamentais também se detectam com clareza no discurso maritimista do Estado Novo: o mito *palingenético* e o mito do *novo nacionalismo*<sup>2</sup>.

De natureza propositiva, o primeiro axioma exprime uma pretensão comum à direita antiliberal portuguesa e a certas correntes conservadoras do nacionalismo republicano: a ideia de um “Estado Novo”, capaz de revivificar a nação, de pôr termo à “decadência nacional” e à própria degenerescência do povo. Problemas cuja solução os intelectuais da geração de 1890 já associavam à “questão do regime” e a propostas de reorganização do Estado.

De cariz providencialista, a segunda alegoria detectada por F. Rosas aponta para um projecto de continuidade histórica, prometendo um Estado (“novo”) empenhado em “institucionalizar o destino nacional”<sup>3</sup>. Um Estado autoritário investido na função de guia espiritual da nação e disposto a recuperar as suas essências orgânicas – os caracteres de identidade colectiva que, supostamente, o liberalismo olvidara e destruíra.

---

\* O presente texto consiste numa versão sumária do seguinte artigo: A. Garrido, «O Estado Novo e a recriação historicista de uma tradição marítima nacional – Discursos sobre a “grande pesca”», in: *Revista de História das Ideias*, vol. 28, FLUC, 2007, pp. 327-355.

<sup>1</sup> Entre outros, vide Fernando Rosas, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social*, vol. XXXV, n.º 157, 2001, pp. 1031-1054; Yves Léonard, *Salazarismo e Fascismo*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1998, pp. 173-190; João Medina, *Salazar, Hitler e Franco – Estudos sobre Salazar e a Ditadura*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, pp. 90-184.

<sup>2</sup> F. Rosas, *art. cit.*, p. 1034.

<sup>3</sup> *Idem, ibidem.*

Supondo uma retórica anti-ideológica, ambos os mitos teriam por fim hegemonizar a autoridade cultural do regime salazarista; fazer crer que o “Estado corporativo” era a “terceira via” necessária e indispensável, conquanto se propunha reordenar a vida social e resgatar a individualidade portuguesa. Tarefas tanto mais urgentes, quanto o individualismo liberal e o colectivismo comunista seriam sistemas que conduziriam o “corpo nacional” à uniformização totalitária e à supressão da identidade<sup>4</sup>.

Se acaso visitássemos a extensa galeria de mitos da ideologia salazarista, em especial os discursos que mais insistem numa versão singular do “nacionalismo português”, seria provável que em todos eles se descobrisse uma insinuação cultural reaccionária que atribui a certos campos da vida económica e social um carácter tradicional e perene, capaz de re-essencializar o imaginário da “nação orgânica” e de exaltar as virtudes sociais de uma “ordem natural das coisas” inscrita na história. A ideia corporativa e a rede de instituições com que o Estado autoritário recobriu as relações entre o “capital” e o “trabalho” e procurou submeter os actores económicos e sociais a uma paz social compulsiva, foram as expressões mais evidentes desse proclamado organicismo. Nesta ordem dogmática, explicitamente moral, mas realmente política e totalizante, se inserem os discursos e as práticas oficiais de resgate de uma “tradição marítima nacional”, cujo domínio mais emblemático e mais sujeito à fórmula corporativa foi o das pescas.

## 1. Salazarismo e *maritimismo*

Partindo de um inventário selectivo dos discursos emitidos pelos órgãos de propaganda do regime salazarista, lendo as principais vulgatas do sistema corporativo e interpretando os registos de comunicação da imagem política do chefe da oligarquia das pescas, Henrique Tenreiro<sup>5</sup>, propomo-nos discutir em que medida o Estado Novo compôs uma ideologia maritimista que penetrou o próprio conceito de nacionalismo português. Referimo-nos a um feixe de ideias que, embora recalçadas pela hegemonia do ruralismo na ideologia oficial do Estado e amiúde associadas às exaltações de grandeza imperial da nação, se exprimiram de forma relativamente autónoma ante tais tropismos ideológicos dominantes.

Quanto à concepção de nacionalismo que releva dos escritos e alocações de Salazar e que sobressai do discurso das elites políticas do regime, a memória histórica há muito estabeleceu a noção de que as ideias imperial e rural singularizam o caso português. Segundo as representações ideológicas de cunho estatal, Portugal seria

---

<sup>4</sup> Para um breve ensaio sobre este confronto de ideologias no tempo histórico de afirmação dos “fascismos”, vide George L. Mosse; Emily Braun; Ruth Ben-Ghiat, *A Estética no Fascismo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa (trad.), 1997, pp. 27-50.

<sup>5</sup> Henrique Ernesto Serra dos Santos Tenreiro (1901-1994). Oficial da Armada, fez a tarimba política na Organização Corporativa. Entre 1936 e 1974 foi delegado do Governo de todos os organismos corporativos (e empresas dependentes) das “pescas nacionais”. Entre 1946 e 1950 foi vogal da Direcção da Junta Central das Casas dos Pescadores. Em 1950 subiu a Presidente da Direcção do mesmo organismo. Para uma biografia, vide os nossos artigos: “Henrique Tenreiro: patrão das pescas e guardião do Estado Novo”, *Análise Social*, vol. XXXVI, n.º 160, Outono de 2001, pp. 839-862; “Henrique Tenreiro: um empresário do sector público-corporativo da economia salazarista?”, *Estudos do Século XX*, n.º 4, 2004, pp. 297-322.

um país simultaneamente imperial e camponês<sup>6</sup>. E a julgar pelo discurso político oficial, quer o colonialismo quer o ruralismo seriam traços identitários da nação – essências, jamais ficções. A integridade do Estado-Nação firmar-se-ia na convergência de dois patrimónios históricos inexpugnáveis: *i*) a ordem da terra e dos campos – um nacionalismo conservador e telúrico; *ii*) a ordem colonial-imperial, garante de uma nação subtraída à sua pequenez por meio de assimilações ultramarinas construídas na história – um nacionalismo imperial ou “lusotropical”<sup>7</sup>.

Talvez esta caracterização binária ajude a decifrar o enigma da longevidade do salazarismo. Mas é certo que não esclarece a questão, ainda mais complexa, da natureza fascista, ou apenas autoritária e conservadora, do regime português. Além do escasso contributo que estas e outras definições parciais do salazarismo trazem ao eterno, mas decisivo debate da sua natureza política, todas acabam por inibir a inclusão historiográfica de outras marcas ideológicas do sistema, não menos comuns nos discursos que decantaram o reenlace do Estado com a nação.

A edificação discursiva do *maritimismo* e o modo como, a seu propósito, a propaganda estabeleceu articulações de significado com outros tópicos ideológicos que presumem a intenção de compor e impor uma versão reelaborada do “nacionalismo português”, oferecem um campo fértil de discussão. Neste texto apenas se propõe uma abordagem preambular do problema; um exercício hermenêutico assente num inventário de ideias e imagens (ou *representações*) cunhadas pelo Estado em torno da sua própria intervenção no domínio das pescas.

No campo económico e social, o *maritimismo* do Estado Novo exprimiu-se numa série de iniciativas estatais de protecção e fomento, cujos emblemas principais foram a pesca do bacalhau e a marinha de comércio. Do ponto de vista político, estamos perante programas de autarcia relativa e de disciplina autoritária dos interesses, que tanto denotam uma visão conservadora e tradicionalista dos meios sociais marítimos, como implicaram iniciativas modernizantes. Quer a reanimação da “grande pesca”, quer a renovação da marinha mercante – esta última propagandeada até à exaustão através do “Despacho 100”, de 10 de Agosto de 1945, assinado pelo ministro da Marinha Américo Tomás<sup>8</sup> – foram apresentadas como expressões do restabelecimento da soberania do Estado-nação imperial.

No que se refere às pescas, a conjugação das linguagens tradicionalista-conservadora e moderna é particularmente visível nas principais ritualizações simbólicas do “regresso de Portugal ao mar”, as quais combinam o folclorismo de validação etnográfica e a estética de massas do fascismo. A tentativa de *nacionalizar a tradição marítima portuguesa* vislumbra-se em inúmeros textos de propaganda da oligarquia corporativa das pescas. Com uma insistência litúrgica, a ideia é verbalizada nos rituais de sociabilização popular dos progressos das frotas pesqueiras industriais – veja-se o folclorismo nacionalista (ou os costumes locais e regionais nacionalizados) das cerimónias de *bota-abaixo* dos navios bacalhoeiros, invariavelmente consumadas “em nome de Deus e do Estado Novo”. Da

---

<sup>6</sup> Yves Léonard, *ob. cit.*, p. 189.

<sup>7</sup> Sobre o conceito de lusotropicalismo, cunhado pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, veja-se Valentim Alexandre, *Velho Brasil Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Afrontamento, 2000, pp. 227-229.

<sup>8</sup> Vide *A Marinha nos últimos 40 anos, 1926-1966*, Lisboa, Ministério da Marinha, s.d., pp. 355 e ss.

mesma estirpe estilística são as festivas inaugurações de bairros destinados à “gente do mar”, promovidas pela Junta Central das Casas dos Pescadores, na maioria das vezes por iniciativa de Henrique Tenreiro.

Nestes e noutros cenários de actuação da “grande família das pescas”<sup>9</sup> – outra expressão muito comum na propaganda –, a *estética* e a *organização* são recursos capitais na construção de imagens harmónicas e consensuais. Certos elementos de costume dos pescadores – incluindo traços tão díspares como o traje, a dança e as crenças, ou o modo de aparelhar uma vela e de amarrar os anzóis de uma arte de caçada – são apresentados como prova de existência e revigoração de uma “cultura popular” de base nacional<sup>10</sup>. Deste formulário ideológico de cariz etnográfico à legitimação do corporativismo e das suas formas públicas e autoritárias de enquadramento dos pescadores dista um pequeno passo. Invariavelmente, as instituições de “cooperação social” impostas à gente do mar (as Casas dos Pescadores) são justificadas e exaltadas em função de uma estreita harmonia entre o figurino institucional definido pelo Estado e as vivências tradicionais das comunidades<sup>11</sup>.

O mar que a propaganda descreve e filma, não é, porém, o mar tumultuoso e dramático das fainas da pesca. Antes o mar que se entrevê no retrato de comunidades litorâneas reorganizadas e reanimadas pelo Estado por meio de um aparatoso programa de assistência material, moral e religiosa. Não por acaso, o propósito de refundir o mar com a nação é regularmente evocado como argumento legitimador da “obra social” oferecida às populações marítimas pelo “Estado corporativo”.

Nas páginas do *Jornal do Pescador* e do *Boletim da Pesca*, as principais publicações periódicas editadas e apoiadas pela Organização das Pescas, abundam os retratos de harmonia telúrica dos colectivos humanos. Profusamente ilustradas, ambas as revistas publicam reportagens que apresentam os pescadores como arquétipos nacionais subtraídos à miséria e aos vícios da “proletarização”. De par com este registo apologético da “obra social das pescas”, que domina as edições do *Jornal do Pescador*, evidenciam-se as reportagens sobre as iniciativas modernizadoras das frotas e das artes, proliferam notícias dedicadas à melhoria das condições de trabalho a bordo e sobre a reanimação integrada das indústrias a montante e a jusante da extracção de recursos do mar<sup>12</sup>.

As representações dominantes na imprensa oficiosa das pescas portuguesas são, todavia, aquelas que exprimem linguagens próximas da propaganda da obra económica e social dos regimes fascistas, bem como as que documentam evidências modernizadoras que visam certificar a reconquista da soberania económica do Estado. No caso da frota

---

<sup>9</sup> Além de outras publicações, a expressão consta do seguinte volume: *Vigésimo aniversário da Organização das Pescas*, Lisboa, Gabinete de Estudos das Pescas, 1957.

<sup>10</sup> A título de exemplo, cf. *25 Anos de Assistência à Gente do Mar*, Lisboa, Junta Central das Casas dos Pescadores, 1962 (brochura de propaganda em três línguas: Português, Francês e Inglês); *Jornal do Pescador*, n.º 8, 31 de Agosto de 1939; *idem*, n.º 11, 30 de Novembro de 1939; *idem*, 28 de Maio de 1943.

<sup>11</sup> Estes processos de *cooptação* do “local” pelo “nacional” foram notados por diversos autores relativamente à acção desenvolvida pela Junta Central das Casas do Povo no mundo rural. Vide Daniel Melo, *ob. cit.*, pp. 170-171. Para uma comparação com o papel da Junta Central das Casas dos Pescadores, vide o nosso livro, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, *cit.*, pp. 205-220.

<sup>12</sup> As séries completas do *Boletim da Pesca* encontram-se na Biblioteca do Museu Marítimo de Ílhavo. A série incompleta do *Jornal do Pescador* encontra-se na mesma Biblioteca e também na secção de “arquivo e biblioteca” da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, em Alagés, Lisboa.

bacalhoeira, as proclamações ideológicas do “ressurgimento” da “grande pesca” excedem as sugestões de resgate de um *maritimismo* essencial e orgânico; de um *maritimismo* enraizado na história, é certo, mas apenas visível nas iniciativas de protecção social das comunidades piscatórias. Regularmente, os serviços de propaganda da oligarquia corporativa veiculam fortes similitudes entre as ideias de restabelecimento do poder do Estado e da sua “marinha de pesca”<sup>13</sup> e as projecções de grandeza imperial da nação.

A explicação mais plausível para esta composição multiforme de argumentos ideológicos destinados a persuadir a opinião portuguesa e estrangeira sobre o efectivo alcance da “obra das pescas”, estará relacionada com o papel e a ambição de Henrique Tenreiro, que ora se apresenta como o padrão político das “pescas nacionais”, ora como o “pai dos pescadores”<sup>14</sup>. Por um lado, o seu carisma, a sua capacidade de trabalho e a celeridade com que formou uma oligarquia influente junto das cúpulas do regime, conferiu aos programas de fomento das indústrias de pesca e construção naval dimensões inusitadas e deu ao sistema de assistência social aos pescadores um sentido eminentemente moral e legitimador do sistema corporativo. Por outro, a sua acção como delegado do Governo junto de todos os organismos das pescas criados – por lei, ou *de facto* – de 1935 em diante fez prova de reais iniciativas de fomento material.

## 2. O enquadramento social da “gente do mar”

Fazendo uso das pragmáticas ambições de Henrique Tenreiro, entre 1934 e 1937 a construção discursiva de uma “tradição marítima nacional” foi impulsionada pela necessidade de preencher um intrigante vazio doutrinário a respeito da organização social dos colectivos piscatórios.

Em 1934, a Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social autorizara, a título de experiência, a criação de três “sindicatos corporativos” de pescadores de âmbito local: Nazaré, Buarcos e Seixal. Mas depressa o Governo confirmou que o “sindicalismo livre” não morrera de vez com a repressão da “greve geral revolucionária” de 18 de Janeiro desse mesmo ano<sup>15</sup>: a forte infiltração de comunistas e anarquistas naquele trio de sindicatos de pescadores e a dinâmica que exibiram na greve dos bacalhoeiros da Primavera de 1937 mostraram que, do lado do “trabalho”, a batalha da corporativização não estava ganha<sup>16</sup>. De certa forma, o Estado autoritário subestimou

---

<sup>13</sup> Expressão comum durante o período salazarista, supõe uma visão fragmentada e militarizada da “economia marítima”. Foi particularmente exaltada pelo Almirante Américo Tomás, no exercício do cargo de ministro da Marinha (1944-1958), sugerindo uma estreita aliança entre a soberania do Estado e o sistema de autoridade marítima assegurado pela Armada, cujos símbolos de poder seriam as diversas frotas ou “marinhas” – marinha de guerra, marinha mercante, marinha de pesca e marinha de recreio.

<sup>14</sup> A título de exemplo, cf. AM (Arquivo Geral de Marinha), Núcleo 423, *Comissão de Extinção das Instalações do Almirante Tenreiro*, cx. 401, ficha 74.

<sup>15</sup> Veja-se Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar – A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000.

<sup>16</sup> Vide o nosso artigo, “Os bacalhoeiros em revolta: a greve de 1937”, *Análise Social*, vol. XXXVII, Inverno de 2003, pp. 1191-1211.

os perigos do “entrismo” vermelho e libertário nos domínios da pesca e foi forçado a procurar soluções anti-sindicais de enquadramento dos pescadores.

A leitura dos principais textos do sistema corporativo português confirma que o “mundo marítimo” colheu na doutrina corporativa portuguesa uma abordagem autónoma – e mesmo um tanto idílica – que recomendou ao Estado um extremo cuidado no desenho das respectivas instituições de enquadramento social. A pesca era a actividade económica mais expressiva desse “meio social”: em 1930 ocupava cerca de 40 000 pescadores<sup>17</sup>. É, todavia, o conceito plural de “populações marítimas” que sobressai nas referências doutrinárias e políticas. A unanimidade dos princípios gerais de organização das populações marítimas contrasta com as dificuldades, hesitações e com a extrema prudência do Estado quando tratou de legislar sobre o figurino dos organismos de enquadramento social da gente do mar. Porém, estes princípios preambulares da organização corporativa das pescas deixavam perceber que os pescadores não dispunham de qualquer autonomia representativa. A situação assemelha-se à da génese das Casas do Povo: o desequilíbrio entre o “capital” e o “trabalho” é, *ab initio*, estrutural e ostensivo. As Casas dos Pescadores não dispõem de Assembleia Geral, nem de direcções eleitas; nos termos da lei, o presidente da direcção é o capitão do porto.

Com efeito, quanto à pesca e às “profissões marítimas”, as referências doutrinárias são muito escassas, quando não ausentes. Os ideólogos preferem estabelecer elementos de recusa quanto ao modelo de enquadramento da actividade piscatória a enunciar com clareza o perfil das instituições a criar. O tópico mais saliente desse feixe de orientações de enquadramento da ordem social das pescas é o da recusa de qualquer figurino institucional capaz de consentir, mesmo sob alçada do Estado, a formação de aglomerados classistas em comunidades propensas à “agitação social”, embora dotadas de laços imanentes de cooperação e solidarismo. Daqui decorre a afirmação vigorosa de que as relações humanas e o trabalho, no campo como no mar, formam um “meio social”, uma comunidade de homens de diferentes classes e profissões que, em função da sua vida colectiva, dos seus laços de parentesco, tradições e património espiritual, poderiam acolher mais facilmente um modelo de enquadramento cooperativo do que organismos de base profissional (como seria o caso dos sindicatos, mesmo que “nacionais” ou “corporativos”). Os impulsos de solidariedade dos mundos marítimo e rural e a frequente indistinção, ao nível das “pescas artesanais”, entre os proprietários dos meios de produção e os assalariados, foram outros dos aspectos invocados para justificar um enquadramento peculiar. Evitando separar o que a tradição unira, as Casas dos Pescadores teriam o estatuto de “organismos de cooperação social”.

Se olharmos o discurso legislativo e de propaganda na perspectiva dos fins instrumentais a que ele se proporia, verificamos que os propósitos do Estado seriam muito mais pragmáticos do que as utopias doutrinárias fazem crer. Pôr em marcha a “campanha do bacalhau”, por exemplo, implicava deter a incerteza do recrutamento de pescadores, reprimir a instabilidade das companhias e a diferenciação salarial entre navios – velhos factores de perturbação da pesca e do próprio rendimento das empresas. O fomento da “grande pesca” supunha instituir mecanismos compensatórios do sistema

---

<sup>17</sup> 39 414 indivíduos, número que corresponde a 1,5% da população activa total do país (ocupações directas; não estima os “empregos induzidos”). Cf. *Estatística das Pescas Marítimas no Continente e nas Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Ministério da Marinha (séries anuais entre 1896 e 1969).

de exploração intensiva do trabalho: a assistência, alguma previdência e uma certa melhoria das condições de trabalho a bordo. Tudo isto sem sugerir um autoritarismo abrupto, susceptível de colidir com o costume e de violentar as formas particulares de organização social das famílias e comunidades de onde saíam os homens que iam ao bacalhau.

De sentido autoritário e totalizante, o enquadramento compulsivo dos “trabalhadores do mar” tanto fez uso de argumentos etnológicos que denotam um esforço de *cooptação* dos usos e costumes locais pelo Estado e suas instituições, como se socorreu de discursos imagéticos e de ritualizações públicas fortemente cenografadas, a fim de despertar adesões e a emoção estética popular.

### 3. Estéticas e imagens da “obra social das pescas”

Em Janeiro de 1955, Henrique Tenreiro encomenda ao mestre Domingos Rebelo, pintor açoriano que compôs outras elegias do salazarismo<sup>18</sup>, um fresco capaz de enaltecer a obra de assistência à gente do mar. Realista e eloquente, o grande óleo deveria glorificar a obra social da Junta Central das Casas dos Pescadores e o próprio “Estado corporativo”. O resultado pictórico foi esteticamente pobre, mas deveras exaltante para a ideologia e a política oficiais.

Ao centro, num imponente retrato de corpo inteiro, a tela exhibe um “pescador verdadeiro”, figura austera e forte que não pareceria estranha num filme de Eisenstein<sup>19</sup>. À direita, em perspectiva, distinguem-se algumas realizações da “obra social das pescas” – os asilos para velhos, os postos médicos e as farmácias. À esquerda, as creches, os infantários, os lactários e as escolas de pesca destinadas aos filhos dos pescadores. As mulheres são evocadas pela figura da varina. Do mesmo lado da tela, junto à praia, avistam-se dois pares de casas brancas, soalheiras e asseadas, protótipos dos bairros piscatórios construídos no âmbito da política social do Estado Novo. Em fundo, um enorme *icebergue*, metáfora de todos os perigos com que se debatiam os pescadores bacalhoeiros que deixavam as suas comunidades durante seis meses do ano. No mar largo, navegando à vela, um lugre de três mastros, o tipo mais comum da renovada “frota bacalhoeira nacional”.

Segundo a mensagem ideológica do quadro e a iconografia que o pintor nele representou, uma vez protegida pelo Estado Novo a vida da “classe piscatória” tornara-se digna, harmoniosa e mais comunitária do que nunca. Não por acaso, a enorme tela de Domingos Rebelo foi convertida num bilhete postal da “assistência à gente do mar”. Por iniciativa de Tenreiro, foi aposta em medalhas comemorativas da Junta Central das

---

<sup>18</sup> Domingos Rebelo (1891-1971). Entre outras obras que lhe foram solicitadas pelo Estado Novo, foi autor de pinturas murais na Assembleia Nacional e no Ministério da Educação Nacional. O quadro a que nos referimos, intitulado “Família Piscatória”, encontra-se em exposição permanente no Museu Marítimo de Ílhavo (Depósito do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas).

<sup>19</sup> Serguei Mikhailovitch Eisenstein (1898-1948), considerado pela maioria dos especialistas o expoente do cinema realista russo.



Casas dos Pescadores e serviu de capa a brochuras de divulgação e apologia, editadas em diversas línguas, sobre a acção social promovida pelo Estado Novo<sup>20</sup>.

Volvidos poucos anos de presidência da Junta Central das Casas dos Pescadores, a “obra social das pescas” adquiria uma notoriedade extraordinária. Na expressão de um colaborador de Henrique Tenreiro, tinha uma “volumosa e brilhante expressão material”<sup>21</sup>. Embora “grandiosas e indesmentíveis”, as evidências materiais dessa ampla acção protectora em favor de “populações que não tinham defesa económica”<sup>22</sup> foram amiúde exaltadas por acções de propaganda preparadas no próprio gabinete de Tenreiro. Os registos são tão diversos quanto as situações cerimoniais e os eventos festivos. Os rituais em que o Estado mais investiu do ponto vista simbólico, os que denotam mais cuidado na inibição prévia de eventuais manifestações hostis e, por efeito, os mais mobilizadores, foram as inaugurações de bairros de pescadores. Pelo que as imagens (fixas e em movimento) permitem entender, os rituais mais arrebatadores nem sequer tiveram lugar nos grandes aglomerados piscatórios. A mais intensa festa de inauguração de bairros de pescadores foi a que decorreu na Afurada em 1952. Em voz inflamada, o locutor do filme que Tenreiro mandara realizar para compor e difundir o evento, salientou que o cortejo náutico fluvial com que a festa culminou era “um dos maiores e mais vistosos que se têm realizado no nosso País”. Embandeiradas, desfilaram na foz do Douro mais de duzentas traineiras. À cabeça do cortejo de pretensões épicas, avistado por uma multidão popular apinhada nas margens do Douro, seguia uma “vedeta” da Marinha com o chefe do Estado, general Craveiro Lopes, a bordo<sup>23</sup>.

Na imprensa escrita, na rádio e no cinema, a estilização épica e folclorista das imagens e o modo coloquial e radiofónico da própria locução ajudam a inculcar a mensagem fundamental: por todo o litoral português, de Vila Praia de Âncora a Vila Real de Santo António, das praias de Portugal continental às comunidades piscatórias das ilhas adjacentes, havia provas de uma obra social sem par, toda ela fruto da dedicação de um homem, Henrique Tenreiro, e do patrocínio do chefe do Governo, Salazar. Alegadamente, o sistema corporativo fora a fórmula certa para pôr os homens e as instituições ao serviço de “causas nacionais” e de propósitos identitários que refundiam o “local” com o “nacional”.

---

<sup>20</sup> A principal e mais reproduzida dessas publicações é a seguinte: *Assistência à Gente do Mar*, Lisboa, Orbis-Edições Ilustradas, s.d. Esta brochura, muito cuidada em termos gráficos e no modo como combina o texto e a fotografia, terá sido publicada em 1957. Inclui textos em Português, Francês e Inglês.

<sup>21</sup> *Boletim da Pesca*, “A obra de assistência da Junta Central das Casas dos Pescadores nos seus trinta anos de existência”, n.º 95, 1967, p. 83 (transcrição de uma conferência proferida pelo jornalista Leopoldo Nunes nas instalações do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, no Palácio Foz, em Lisboa, a 4 de Maio de 1967).

<sup>22</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>23</sup> Cf. ANIM (depósito do Arquivo Geral de Marinha), *Inauguração do Bairro de Pescadores da Afurada* (8 minutos). Filme realizado por António Francisco Veríssimo. Fotógrafo e cineasta, nasceu em Moncorvo a 13 de Maio de 1917. Alistou-se na Legião Portuguesa a 18 de Fevereiro de 1937. Passados alguns anos tornou-se responsável dos Serviços Cinematográficos da milícia anticomunista. Cineasta favorito de Henrique Tenreiro, realizou a maioria dos filmes documentais da Organização Corporativa das Pescas e da Brigada Naval da Legião Portuguesa, cujo comando pertenceu a Tenreiro entre 1936 e 1974. Cf. ANTT, Arq. LP, *Processo do Legionário n.º 18322, 293 do Comando Distrital de Lisboa*. Agradeço à Drª Joana Pimentel, da Cinemateca Portuguesa, a gentileza desta informação.

Na imprensa especializada e no cinema de actualidades, as imagens de bairros novos e de escolas alvas e limpas surgem em planos de contraste com a denúncia visual dos pardieiros a que o Estado Novo teria subtraído os pescadores e suas famílias. Percorrendo, de norte a sul, praia a praia, todas as localidades onde já havia obra da Junta Central das Casas dos Pescadores, em cada povoado se faz prova estatística dos serviços sociais prestados pela Organização Corporativa naquele ano de 1952, ou desde que a Casa dos Pescadores local começara a funcionar. Procurando esmagar cepticismos com a evidência “performativa” das imagens e dos números, a longa metragem *Ação Social do Pescador*<sup>24</sup>, realizada por António Veríssimo, acaba por ser uma composição ordenada de imagens em movimento, para glória de uma obra, do seu criador e do sistema político que a insuflara. A estética do filme é similar à do cinema documental fascista. Fazendo da etnografia um recurso ideológico nacionalista – também aqui se insinua que o Estado reanimara a Nação –, o documentário é dominado por um discurso enumerativo, ritmado por uma espécie de refrões que vincam as realizações mais salientes da “obra social das pescas”. Exhaustivo, o filme recorre a expressões numéricas contundentes que permitem exaltar todos os aspectos da ação social da Junta Central das Casas dos Pescadores: o número de injeções administradas no posto médico desta ou daquela Casa dos Pescadores, as visitas domiciliárias, as consultas de puericultura dadas às filhas e filhos dos pescadores, as refeições servidas em cantinas escolares, as receitas despachadas na farmácia, os internamentos e outros indicadores do “elevado espírito cristão” da protecção social oferecida pelo Estado Novo. “Nenhuma outra classe disfruta hoje de tamanha protecção e de tais regalias”, conclui o filme.

Mandado produzir no Verão de 1958 pelo armador e dirigente do Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau, José Maria Vilarinho, “para oferta ao comandante Tenreiro no dia do seu aniversário natalício, por dever de gratidão”, o filme de António Veríssimo oferece o retrato visual mais completo que se conhece da “obra social das pescas”. Fita de pretensão documental, aborda três tópicos essenciais da ação social promovida pelo Estado Novo, uma trilogia retomada em diversas brochuras de propaganda e presente por toda a imprensa oficiosa: “Lar, Instrução, Amparo”.

A prioridade atribuída à habitação sinaliza a importância que o problema dos bairros e dos alojamentos de pescadores tomou no programa político-social da Junta Central. Em finais dos anos quarenta, a Junta promoveu um inquérito demográfico a fim de averiguar o número de casas que seriam necessárias para os pescadores. A conclusão apontou para quatro mil fogos que, em teoria, poderiam albergar dezasseis mil pessoas. Como Tenreiro explicou, a Junta tinha património. O problema maior foi interessar as câmaras municipais na cedência de terrenos. Tal como sucedeu no projecto mais amplo das “Casas Económicas”, conduzido pelo INTP a partir de finais dos anos trinta<sup>25</sup>, no que toca aos bairros para pescadores, boa parte do investimento da Junta Central

---

<sup>24</sup> ANIM (depósito do Arquivo Geral de Marinha), *Ação Social do Pescador* (88 minutos), realização de António Veríssimo.

<sup>25</sup> Vide José Manuel Fernandes, “Habitação Social”, in: A Barreto e M. Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, vol. VIII (Suplemento), 1999, pp. 170-171.

resultou de empréstimos da Caixa Geral de Depósitos – créditos “a juro baixo, com uma amortização longa, o que se conseguiu com trabalho e perseverança”<sup>26</sup>.

Em 1967, estavam construídas 2454 “moradias económicas” para pescadores, cobrindo quase todas as povoações do litoral. Os bairros eram de dimensão variável e as casas de diversos tipos, A e B, com ou sem quintal, conforme a dimensão das famílias e os seus rendimentos. No dizer de um colaborador de Tenreiro, as habitações foram “bem localizadas, em bairros admiravelmente concebidos, higiénicas, confortáveis, alegres, de rendas baixas, valorizadas com centros sociais e postos de socorros”<sup>27</sup>. O “portuguesismo” das construções supõe que, também aqui, a arquitectura foi usada como instrumento ideológico e de esterilização do conflito social.

A propaganda apresenta a “obra dos lares” de pescadores como se toda a gente do mar tivesse sido subtraída à vida em palheiros de madeira e em barracas cobertas de colmo. Dos anos cinquenta em diante, esses retratos de vidas miseráveis apenas se poderão ver e documentar através de textos, filmes e reportagens fotográficas de antropólogos e jornalistas estrangeiros. O mais importante para a política social do Estado autoritário seria fixar e concentrar as populações em colectivos arquitectónicos asseados e pitorescos; deter a mobilidade dos pescadores e agregá-los em bairros cuja ordem do casario sugerisse que o Estado conseguira impor uma certa higiene social às populações marítimas. Talvez por isso, as primeiras rendas foram relativamente baixas, de 40\$ mensais<sup>28</sup>. Ainda assim, a Junta Central teve dificuldades em impor o pagamento das rendas, dado que as mesmas eram determinadas em função do cálculo de rendimentos que servia de base à cobrança do imposto de pescado. Nos meses de invernia, nas localidades mais dependentes da “pesca de praia”, muitas famílias havia que não pagavam a renda de casa. Paternal, Tenreiro quase sempre autorizava que nessas situações se permitisse aos pescadores esperar por melhores dias. Caso falecesse o casal de pescadores, a moradia destinava-se ao filho pescador ou à filha que fizesse prova de matrimónio com outro pescador. Detalhes de uma previdência corporativa frágil, moralista e pouco universal, supõem um controlo social obsessivo e totalizante, assente numa lógica endogâmica e puramente assistencial. No começo da “era marcelista”, em 1968, estaria realojado um sexto dos pescadores matriculados nas capitânicas e delegações marítimas de Portugal e dos arquipélagos da Madeira e Açores – à volta de quinze mil homens.

A instrução elementar e profissional dos futuros pescadores foi o segundo vértice da “obra social das pescas”. A partir de 1939 foram criadas escolas primárias para ambos os sexos nas Casas dos Pescadores dos principais centros piscatórios. Segundo a lei, a instrução e a educação ministradas aos sócios das Casas “tinham por objectivo a formação de caracteres fortes, de trabalhadores activos, bons profissionais e bons portugueses”<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> H. Tenreiro, *Memórias Inéditas*, Rio de Janeiro, s.d., vol. II, fl. 23 (apontamentos memoriais dactilografados, gentilmente cedidos pelo Dr. Henrique Marçal – arquivo particular de família de H. Tenreiro).

<sup>27</sup> “A obra de Assistência da Junta Central das Casas dos Pescadores...”, *cit.*, p. 81.

<sup>28</sup> H. Tenreiro, *Memórias...*, *cit.*, vol. II, fl. 23. As evocações numéricas que a seguir se descrevem constam da mesma fonte.

<sup>29</sup> *Diário do Governo*, 1ª série, Decreto n.º 27 978, de 20 de Agosto de 1937 (art. 9º).

A educação profissional dos pescadores foi aquela por que Tenreiro mais se interessou<sup>30</sup>, envolvendo o Estado na sua própria ambição. Desde o começo dos anos quarenta, o Estado vinha instalando nas sedes das Casas dos Pescadores Casas de Trabalho para as raparigas (escolas de mães, onde as moças podiam aprender as primeiras letras e noções práticas de corte, costura, cozinha e puericultura) e Escolas de Pesca para os rapazes (preparação técnica para o manejo das artes). Dentro destas últimas, distinguiram-se as escolas Elementares e as Rudimentares. As primeiras dirigiam-se aos filhos de pescadores com menos de dez anos de idade e eram votadas ao ensino da manufactura e reparação de redes e aparelhos de pesca. As segundas destinavam-se a rapazes entre os dez e os catorze anos e habilitavam-nos para o exercício da profissão de moços-pescadores nas pescarias locais e costeiras. Entregues ao controlo dos presidentes das Casas dos Pescadores (os capitães dos portos ou os delegados marítimos, repita-se), ambas procuravam formas de ensino prático que, em rigor, beneficiaram a preparação profissional dos pescadores.

A organização do ensino primário e profissional da “gente do mar” participa dos valores ideológicos da “educação nacional” que Salazar e Carneiro Pacheco haviam proclamado em 1936. O ensino da moral e as lições de doutrina cristã ocupam um lugar de destaque na educação dos filhos dos pescadores. Num discurso proferido em 1949, Tenreiro propõe que o Estado incremente a “educação moral desses humildes obreiros da nossa economia”<sup>31</sup>. Nas festas de homenagem ao pescador que o próprio organiza em várias povoações do litoral, as Casas dos Pescadores mostram-se as primeiras guardiãs das tradições locais<sup>32</sup>.

Em regra, a parte profana do programa festivo era ocupada quase exclusivamente por exhibições de ranchos folclóricos. Embora diversas Casas dos Pescadores tivessem biblioteca e escolinhas de “teatro educativo”, a face mais visível das suas obrigações culturais e educativas residia na criação e dinamização de ranchos infantis. Umas poucas também tinham clubes desportivos de vela para pescadores e equipas de futebol com campo próprio<sup>33</sup>. Para dar corpo a esta ampla organização de âmbito nacional, que exigia múltiplos apoios a nível local – incluindo o recurso a “fogueteiros”<sup>34</sup> – nos anos sessenta o “serviço social” da Junta Central das Casas dos Pescadores criou uma secção educativa para ordenar e planear todas as suas iniciativas nesse domínio.

Em 1950, quando Tenreiro sobe a presidente da Junta Central das Casas dos Pescadores, no campo do ensino profissional pouco mais existia do que a Escola Profissional de Pesca, criada em Pedrouços em 1941. Por dispendiosa e por falta de mestres-escola, era fraca a oferta de instrução profissional para os rapazes. A Escola Profissional de Pesca tinha por objectivos suprir essa carência e proporcionar aos pescadores uma base de conhecimentos técnicos que lhes permitissem integrar as

---

<sup>30</sup> Vide H. Tenreiro, “Casas dos Pescadores – Tese apresentada ao II Congresso da União Nacional”, Separata do *Boletim da Pesca*, n.º 5, pp. 12-20.

<sup>31</sup> *Idem*, “O problema da pesca”, *II Conferência da União Nacional*, Lisboa, 1949, p. 163.

<sup>32</sup> Cf. ANIM (Depósito do Arquivo Geral de Marinha), *Festa dos Pescadores em Peniche*, s.d. (11 minutos). A sequência do ritual é idêntica à de outra curta-metragem à guarda do ANIM: cf. *Festa de Homenagem em A-Ver-O-Mar*.

<sup>33</sup> H. Tenreiro, *Memórias...cit.*, vol. II, fl. 35.

<sup>34</sup> Indivíduo encarregado de lançar foguetes e de excitar os “vivas” da assistência.

tripulações das frotas do bacalhau e do arrasto, cujos planos de renovação o Estado acelerou durante a Guerra<sup>35</sup>. A Escola formava filhos de pescadores com o mínimo de catorze anos e habilitava-os a embarcar como moços nos navios bacalhoeiros e nas traineiras de arrasto. Com o diploma da “Escola de Pesca”, os rapazes podiam ainda exercer os misteres de arrais, contra-mestres e mestres de pesca.

Em finais da década de sessenta, já o panorama educativo dos “trabalhadores do mar” se tornara bem diferente daquele que se conhecera nos anos quarenta. Em 1967, funcionavam em Portugal continental e nas ilhas adjacentes 11 escolas de pesca, com 104 alunos; 11 cantinas escolares; 36 casas de trabalhos manuais e de ensino doméstico; a “Colónia de Férias Dr. Pedro Teotónio Pereira”, que fora criada durante a Guerra para proporcionar “férias sãs” aos filhos de pescadores e aos descendentes de legionários da Brigada Naval; 4 casas de repouso para os velhos pescadores, com destaque para as de Sines e de Porto Brandão; 1 sanatório para pescadores tuberculosos, em São Brás de Alportel; 21 centros sociais; um hospital, sediado em Olhão; 84 postos médicos; 8 farmácias privadas; 11 maternidades; 19 postos de puericultura; 5 creches e jardins de infância<sup>36</sup>. Rede gigantesca que, nos anos cinquenta deu a Tenreiro a ideia de comprar para a Junta Central uma quinta agrícola e pecuária, o Casal de S. Pedro da Caparica, cujas principais funções foram as de fornecer víveres para as creches e lactários e proporcionar estágios de trabalho às moças filhas de pescadores<sup>37</sup>.

A ampla iniciativa protectora dispensada pelo Estado às pescarias artesanais teve na Junta Central das Casas dos Pescadores o seu organismo coordenador e em Tenreiro o seu principal entusiasta. Após o termo da Guerra, a Junta financiou a motorização de embarcações e regulou as condições de arrematação e transacção do pescado para defesa e incentivo da “pequena pesca”. As secções e postos de venda de peixe formaram uma rede que se estendeu aos principais centros piscatórios. No domínio das pescarias artesanais, a Junta preferiu o fomento material e espiritual de carácter assistencialista ao dirigismo económico dos grémios. No campo diverso das pescas de fraca (ou ausente) feição industrial, as práticas da Junta Central foram eminentemente paternalistas e sociais, procurando estabelecer ligações entre o “nacional” e o “local”, entre o público e o privado. A protecção das artes costeiras e locais não se exprimiu na criação de empresas ligadas aos grémios nem mesmo às mútuas seguradoras que deles dependiam, mas na assistência financeira, material e técnica, consoante as carências de âmbito local que as capitánias e as Casas dos Pescadores inquiriam junto das comunidades. Eram diagnósticos regulares, conduzidos pela Organização das Pescas a fim de atenuar o defeito das infra-estruturas dos portos, abrigos e lotas e de prevenir a “agitação social” da “gente do mar”. Na prática, o Estado acudiu a estas necessidades, ora segundo critérios de influência política executados através da União Nacional e outras organizações políticas e para-militares do sistema ditatorial, ora de

---

<sup>35</sup> H. Tenreiro, *Memórias...*, *cit.*, vol. II, fl. 42.

<sup>36</sup> “A obra de assistência da Junta Central das Casas dos Pescadores...”, *cit.*, pp. 81-82. Se confrontados com outros documentos mais e menos officiosos, entre os quais os relatórios da Junta Central das Casas dos Pescadores, os números avançados na fonte estão certos. A informação qualitativa resultou do confronto de diversas fontes já citadas.

<sup>37</sup> Cf. ANIM, *Acção Social do Pescador*, *cit.*

acordo com fins de prevenção do conflito social nas comunidades mais expressivas do ponto de vista demográfico.

O apoio à “pequena pesca” permitia auxiliar a sobrevivência de muitas comunidades piscatórias situadas à volta de portos e abrigos, de águas estuarinas, lagunas costeiras e bacias fluviais. Sabendo que as práticas de ocupação plural dessas comunidades eram comuns e muito antigas, o Estado procurou incentivar o desdobramento ocupacional dos pescadores. Mas fê-lo apenas à escala local e regional, isto é, evitando grandes mobilidades sazonais dos contingentes humanos, como era costume desde séculos anteriores. Nas artes costeiras e locais os poderes públicos da ditadura anteviam uma retaguarda eficaz dos programas de fomento das pescas de tipo industrial<sup>38</sup>. O estímulo dessa complementaridade dos empregos e misteres foi uma das opções mais vincadas da política de pescas imposta pelo Estado Novo. A assistência aos pescadores-armadores da “pequena pesca” revelou-se uma forma de estancar os salários das pescarias industriais e de manter as fainas locais como um amplo reservatório de mão-de-obra disponível para o recrutamento sazonal exigido pelas pescas longínquas do bacalhau e do arrasto.

#### 4. O fomento das pescas longínquas e o “regresso de Portugal ao mar”

Entre as veleidades práticas e ideológicas de reanimação de uma “tradição marítima nacional” supostamente arquivada pelos iconoclastas liberais, as oligarquias políticas do Estado Novo elegem, em primeiro plano, a reorganização das “indústrias do bacalhau” – a pesca, a secagem, a construção naval e o próprio negócio de aprestos.

A “campanha do bacalhau” mostrou-se um projecto central na economia política do “fascismo português”<sup>39</sup>. Inspirado na *Bataglia del Grano* de Mussolini, tal programa de autarcia relativa foi imposto em meados dos anos trinta a fim de promover a substituição de importações de bacalhau. Baseado numa pretensão de resgate de uma gesta marítima que teria sido aberta com as primeiras viagens de portugueses para o Atlântico noroeste, por finais do século XV e inícios do século XVI, a “campanha do bacalhau” mobilizou um amplo esquema proteccionista da produção nacional de um pescado rico em proteínas animais e de grande tradição no consumo popular. A renovação da frota bacalhadeira e a normalização do abastecimento foram os sinais mais expressivos da “campanha” e aqueles em que o Estado mais investiu no plano da reprodução simbólica.

Após o termo da Segunda Guerra Mundial, a “liberdade dos mares” (a vigência da lei das três milhas de “mar territorial”) começou a ser tão incerta quanto a abundância de recursos biológicos nos extensos baixos ao largo da ilha da Terra Nova e da península do Labrador. Perante as ameaças do Direito e da natureza, a “campanha do bacalhau” depressa se tornou um projecto anacrónico. Subitamente, a eficiência económica da indústria que o Estado Novo sempre protegera tinha os dias contados. A pesca com veleiros e linhas de mão, feita por pescadores isolados a bordo de pequenos botes

---

<sup>38</sup> Cf. *A Organização Portuguesa das Pescas*, cit., pp. 14-17.

<sup>39</sup> Vide *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, cit., em especial, pp. 134-144.

(os “dóris”), compunha um belo bilhete postal. Na verdade, era uma arte obsoleta, apenas possível enquanto houvesse possibilidade de recrutar homens, de fornecer aos armadores crédito barato e de conter artificialmente os preços do bacalhau importado de modo a permitir que o nacional se vendesse.

Enquanto o Direito do Mar consentiu práticas de livre acesso aos pesqueiros e validou a abundância de recursos, com maior ou menor protecção do Estado a indústria de pescas portuguesa conjugou sem contradição o seu imaginário de *potência marítima tradicional* – de que a frota de veleiros do bacalhau se tornara o último e principal símbolo – com a defesa dos seus interesses de *Estado costeiro*, sempre ameaçado pela intrusão dos barcos espanhóis na estreita faixa do “mar territorial” português<sup>40</sup>. Este binómio histórico não se tornou uma séria hesitação, nem sequer ameaçou a forçada coesão da indústria portuguesa de pescas, enquanto a Lei do Mar não se alterou a ponto de confinar as oportunidades de pesca aos recursos situados em águas de jurisdição nacional.

Mesmo quando deu sinais de poder soçobrar por razões exógenas ao sistema ditatorial-oligárquico nacional, a pesca do bacalhau foi utilizada, de forma instrumental, como um recurso da ideologia historicista e regeneracionista do salazarismo. O Estado Novo elege a “grande pesca” como alvo favorito dos seus programas de autarcia económica e da sua épica nacionalista; faz dos símbolos materiais e humanos desse “ressurgimento”, a *white fleet* e os pescadores-marinheiros, emblemas do alegado reencontro da nação com o mar. Volvidos cinco séculos das viagens de descobrimento, a pretensão ideológica e política do Estado Novo em recuperar a grandeza da nação marítima, torna as viagens ao bacalhau um objecto favorito para estabelecer similitudes épicas. A “grande pesca” permitia refundir o pescador com as figuras do nauta e do viajante; prestou-se a discursos historicistas e a rituais de forte envolvimento popular que se tornaram hegemónicos e fizeram uso de alguns recursos da propaganda moderna.

A protecção e o fomento da pesca do bacalhau tinham, porém, finalidades prosaicas e distantes da mística imperial de “dilatação da Fé”: “Ir ao bacalhau, alimentar o Povo, trazer à pátria o pão dos mares”, eis a divisa mais forte com que os textos de propaganda definem o programa autárcico. O móbil do projecto consistia, de facto, no abastecimento popular. Fazer da organização autoritária das subsistências um pilar da ordem social e política seria uma expressão do “Estado ditador de víveres” que Salazar defendera num escrito universitário de 1918<sup>41</sup>.

Por ironia, o Atlântico noroeste ficara de fora dos roteiros épicos do humanismo português. Nem Camões, nem qualquer outro poeta, escritor ou cronista dera importância às viagens que, segundo se crê, resultaram no achamento da Terra Nova

---

<sup>40</sup> Debateremos esta transição geopolítica e cultural – de uma “potência marítima” imaginada para o estatuto jurídico e prático de “Estado costeiro” – no livro *Economia e Política das Pescas Portuguesas – Ciência, Direito e Diplomacia nas Pescarias do Bacalhau (1945-1974)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp.139-152.

<sup>41</sup> “Alguns aspectos da crise das subsistências”, in: Nuno Valério (introd. e dir.), *António de Oliveira Salazar – O Ágio do Ouro e outros textos económicos (1916-1918)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1997, pp. 223-275.

por portugueses de origem açoriana, em 1501<sup>42</sup>. No seu tempo, as viagens para o norte do Atlântico terão sido as menos relevantes da expansão marítima dos portugueses e as menos vitais para a estrutura mercantil do Estado. Não podiam, por isso, ser parte da construção concreta e mítica do Império. Não exprimiam negócio de Estado, nem fé, nem Império. A própria “descoberta” da Terra Nova jamais seria objecto de recuperação narrativa oficial e nunca seria inscrita na historiografia oficial do salazarismo sobre a época áurea das Descobertas. Apenas o diplomata e historiador Eduardo Brazão se dedicou ao tema e, ainda assim, sem grande fervor ideológico<sup>43</sup>.

#### 4.1. A ritualização nacionalista-popular da “campanha do bacalhau”

Porém, não foi por falta de relevo histórico que a pesca do bacalhau deixou de merecer um vasto conjunto de representações ideológicas de produção estatal, desde a literatura à imprensa, do desenho à pintura, ao cinema e ao teatro<sup>44</sup>.

A mais cuidada e arreatadora iniciativa do Estado Novo neste domínio foi a bênção dos bacalhoeiros, uma festa popular celebrada ano após ano, em Abril, no espaço cénico de Belém, a fim de abençoar os veleiros da frota portuguesa e as suas tripulações no momento da partida para a Terra Nova, cujos pesqueiros ficavam a 1800 milhas de distância. Nos primeiros anos em que se realizou, este majestoso ritual exibiu uma liturgia fascista e combinou-a com a presença da Igreja Católica e da Marinha. Depressa alcançou uma forte mobilização popular. Finda a Segunda Guerra Mundial, a “bênção dos lugres” perdeu alguns aspectos cénicos identificáveis com a estética dos fascismos e tomou a forma de um ritual de Estado, ao mesmo tempo sagrado e profano. Em plena segunda metade do século XX, não havia na Europa marítima e portuária tamanho ritual de exaltação da vocação marítima de um povo, de uma nação e de um Estado. Não por acaso, a bênção dos bacalhoeiros foi reportada e descrita por jornalistas e escritores estrangeiros<sup>45</sup>. Tão anacrónica como o próprio regime ditatorial e colonial que a inventou e patrocinou, a festa manteve-se até 1974, o ano em que ocorreu o golpe militar que pôs termo à ditadura de Salazar e Caetano. Na segunda metade dos anos sessenta, a bênção já era uma caricatura da “nação marítima” que o Estado pretendia celebrar. Por razões externas relacionadas com a súbita transformação das condições ecológicas e jurídicas das pescas em águas longínquas, a frota portuguesa

---

<sup>42</sup> Vide J. Romero Magalhães, “A caminho do Noroeste”, in: A. Garrido (coord.), *A Pesca do Bacalhau – História e Memória*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001, pp. 17-30.

<sup>43</sup> Eduardo Brazão foi embaixador de Portugal em Otava, entre 1962 e 1966. Aproveitou o tempo que lhe sobrava do trabalho diplomático em terras canadenses para investigar as raízes da presença portuguesa na América do Norte e vincar a prioridade da “descoberta” portuguesa da ilha da Terra Nova e dos “grandes bancos” situados ao largo dela. Sobre o tema publicou três livros: *A Descoberta da Terra Nova* (edições canadense e portuguesa, ambas de 1964); *Os Corte-Reais e o Novo Mundo* (Montreal, 1965; Lisboa, 1965 e 1967); *Os Descobrimientos Portugueses nas Histórias do Canadá* (Lisboa, 1969).

<sup>44</sup> A. Garrido, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, cit., pp. 235-249.

<sup>45</sup> Alan John Villiers (repórter australiano, 1903-1982) foi o mais célebre e o mais consequente no seu trabalho de reportagem a bordo de um bacalhoeiro português. Sobre a obra de Villiers e suas circunstâncias, vide o estudo introdutório que juntámos à sua reedição crítica e ilustrada: *A Campanha do Argus – Uma viagem na pesca do bacalhau*, Lisboa, Cavalo de Ferro/Museu Marítimo de Ílhavo, 2005, 1.ª ed., pp. 7-35.



de veleiros do bacalhau tornou-se uma relíquia internacional que nenhum outro país podia exhibir.

Entre as diversas crónicas de viagem ao bacalhau publicadas até finais da década de quarenta, só uma fora premiada pelos órgãos de propaganda do regime: *Os Grandes Trabalhadores do Mar – Reportagens na Terra Nova e na Groenlândia*, de Jorge Simões<sup>46</sup>. Ao longo do segundo semestre de 1941, a reportagem fora publicada no *Diário da Manhã* e distinguida com o prémio “Afonso de Bragança” (jornalismo-reportagem) do SPN. O jornalista e futuro secretário de Henrique Tenreiro limitara-se a escrever uma “crónica de paz nos mares em guerra”. O elogio da neutralidade portuguesa e a glorificação dos homens que arrostavam os perigos da “guerra submarina” valeram-lhe a distinção. Após o termo da Guerra, em língua portuguesa outras crónicas de viagem ao bacalhau se publicaram, embora jamais distinguidas<sup>47</sup>. Livro fruste e apologético, *Os Grandes Trabalhadores do Mar* serviria de argumento ao único filme de ficção realizado em Portugal sobre o tema da pesca do bacalhau: *Heróis do Mar*, de Fernando Garcia. Estreado no São Luís, em Lisboa, a 14 de Março de 1949, este drama épico de gosto popular recebeu também, nesse mesmo ano, o Grande Prémio do SNI.

O mais extraordinário e divulgado livro sobre a pesca do bacalhau por homens e navios portugueses foi, todavia, *A Campanha do Argus*, do jornalista Alan Villiers, um afamado repórter do National Geographic Magazine, a quem o embaixador Pedro Teotónio Pereira, ainda em Washington, em 1949, dirigiu um convite de Estado para viver e relatar uma campanha bacalhadeira de um lugre português, da largada ao regresso. Poder-se-á perguntar até que ponto Villiers teria escrito um retrato diferente da pesca do bacalhau pelos argonautas lusos caso o móbil do livro não tivesse sido a encomenda de Teotónio Pereira. Apesar do condicionamento prévio, a ausência de qualquer registo crítico sobre a faina dos “*dorymen*” portugueses também decorre do próprio género literário escolhido pelo autor: a narrativa de viagem, esquema clássico e linear, permitiria documentar sem excessos ficcionais e ficcionar sem perder a verosimilhança documental. Os actores principais da “estória” são o próprio navio e os seus homens. Ao jeito de outras narrativas marítimas, o *Argus* e a sua gente fundem-se num único universo humano. Tal como os seus tripulantes, o navio é personificado e animado; provido de uma alma grande que, dia e noite, respeita e desafia as contingências do mar.

O itinerário narrativo da crónica de Alan Villiers não surpreende. O escritor-mareante segue os passos do *Argus*, desde o apresto e da triunfal largada de Belém, descrevendo o cerimonial religioso e profano da bênção do navio e dos demais veleiros da frota, às primeiras milhas de mar e aos primeiros ensaios de pesca no banco da Terra Nova. O roteiro é documental. As expressões e sugestões de comunhão entre o “sujeito” (autor)

---

<sup>46</sup> Primeira edição de 1942. A obra foi reeditada recentemente, com um título diverso do original e incluindo um estudo introdutório de nossa autoria: Jorge Simões, *Heróis do Mar – Viagem na Pesca do Bacalhau*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

<sup>47</sup> Das décadas de quarenta e cinquenta do século XX, citam-se os principais: Frederico Cruz, *Fainas do Mar*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1946; Carlos Ribeiro, *Nos Mares do Norte*, Lisboa, Edições Astra, 1947; *Inverno na Terra Nova*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, L.da, 1946 e *Roteiro do Atlântico Norte – Narrativas de Viagens e Aventuras Vividas*, Lisboa, Inquérito, 1957 (ambos de Jerónimo Osório de Castro).

e o “objecto” (os tripulantes do *Argus* e o próprio navio) abundam na narrativa. Um e outros eram, afinal, “homens do mar”, identificação que tanto reforçava a legitimidade da reportagem como a verosimilhança da sua representação escrita. O “visto” e o “vívido” funcionam como garantes do rigor descritivo e da própria estética da narrativa, mas inibem qualquer explicação capaz de exceder a prévia moldura da reportagem que fora pedida pelas autoridades portuguesas. Literariamente interessante, muito rica do ponto de vista documental, *A Campanha do Argus* ressentia-se da ideologia que exprime e oculta. Da ideologia do próprio autor, um conservador rendido aos encantos cénicos e pitorescos do “Portugal salazarista”, e da própria malha de interesses que envolvia a reportagem que estivera na origem do livro. Uma malha fina e eficaz que, juntando a diplomacia e a propaganda ao talento e à fama do autor, deu ao mundo mais um belo retrato de um país de intangíveis “virtudes marinheiras” e de um regime político digno da grandeza histórica da “nação marítima”.

Apesar da profusão de expressões de reconhecimento e exaltação da “epopeia dos portugueses” nos mares frios do Atlântico Norte, *A Campanha do Argus* não cabe na categoria do panegírico fácil. Dedicada ao “mar português” e aos seus actores vivos ou revivificados, e exibindo uma linguagem estética muito próxima dos cânones oficiais, a narrativa de Villiers reunia todos os requisitos necessários para se juntar ao campo literário do poder salazarista. A sua qualidade era manifestamente superior a anteriores obras de autores portugueses sobre o mesmo tema. Sem surpresa, o livro foi distinguido com o “Prémio Camões” do SNI de 1951. Instituído em 1937, o “Prémio Camões” fora destinado a galardoar a melhor obra literária ou científica, publicada no estrangeiro, sobre Portugal. Através deste ritual de distinção regular (bienal), o regime ditatorial autenticava obras e autores capazes de expor ao mundo as virtudes da “terra portuguesa”, da sua história e dos seus singulares arquétipos humanos.

Passados dezoito anos de realizações e de propaganda, a exaltação da “campanha do bacalhau” por um importante escritor estrangeiro seria a prova de que o desígnio do “regresso de Portugal ao mar” se vinha cumprindo. Num artigo de capa do semanário local *O Ilhavense* tal identificação historicista era exaltada em tons semelhantes aos da imprensa diária nacional: “Que deliciosos retratos soube a pena de Alan Villiers acrescentar à prodigiosa galeria das figuras dos navegantes e descobridores portugueses dos séculos XIV, XV e XVI”. Ao talento do autor ter-se-ia juntado a sua notável humildade, de “homem de acção e sensibilidade”, que se sujeitara ao desconforto da coberta de um lugre português “para dar aos portugueses alguns dos traços mais salientes do temperamento, do carácter, da energia e da vontade dum povo e dum raça!”<sup>48</sup>.

Volvidos os horrores da Guerra e reconquistada a “paz social” que havia de suportar os anos de chumbo da ditadura salazarista (os de 1950-58), a persistência da pesca do bacalhau por veleiros equipados com dórís movidos a força de braços servia a preceito esta *re-identificação*. Como se depreenderia do olhar agudo do repórter estrangeiro que, espontaneamente, se interessara e apaixonara por esse património marítimo “profundamente nosso”, o reencontro de Portugal com o mar seria uma realidade tangível. Em 1950, os bancos da Terra Nova e as reentrâncias da Gronelândia ainda eram pesqueiros prolíferos e abundantes. Nas praias portuguesas ainda se recrutavam

---

<sup>48</sup> *O Ilhavense*, 1 de Junho de 1953, “Alan Villiers”.

homens que queriam – e desejavam, segundo a propaganda... – andar ao bacalhau para opor à contingência de rendimentos das pescarias locais um salário mais certo e seguro. Este estranho modo de vida, pouco conhecido no estrangeiro, não foi o alvo das atenções de Villiers. A face cruel do trabalho dos pescadores do *Argus* apenas lhe mereceu referências marginais. À denúncia realista do quotidiano dos pescadores-marinheiros portugueses, o autor australiano preferiu o documento literário, harmónico e belo.

Embora cheio de sugestões épicas, o livro de Alan Villiers não se dá ao género mais comum das narrativas coevas, de ficção e documentário, sobre a pesca do bacalhau – o drama épico. Percorrendo os seus capítulos, de pronto se conclui que *A Campanha do Argus* se furta a qualquer tom dramático. Não refere cenários de violência, de resignação ou de sofrimento; não descreve ambientes lúgubres e promíscuos. Sendo Villiers um “homem do mar”, habituado às privações da vida a bordo e aos rigores da navegação transoceânica, é de admitir que tudo aquilo que impressionou Bernardo Santareno anos depois – quando, em 1957 e 1958, o médico e dramaturgo português foi a bordo do navio-hospital *Gil Eanes*, do arrastão *David Melgueiro* e do navio-motor *Senhora do Mar* – tenha parecido a Villiers fascinante, mas nunca dramático ou sequer cruel. Por essa razão, talvez se perceba a diferença das crónicas de um e outro e por que tiveram tais escritos reacções distintas por parte do público e das próprias autoridades portuguesas.

É evidente que Bernardo Santareno não apreciou *A Campanha do Argus*. Seja nas *Crónicas dos Mares do Fim do Mundo*, seja n’*O Lugre* (ambas publicadas em 1959), o dramaturgo retrata e dá voz aos pescadores anónimos de bacalhau, mas quase olvida os capitães. Relação de forças que difere muito da narrativa de Villiers, um marinheiro-escritor que entendia a importância das hierarquias de mando e da disciplina a bordo, com certeza mais interessado no engenho da pesca e da navegação do que em compor retratos intimistas dos homens e dos seus destinos trágicos. É certo que ambas as visões do fenómeno acabam por exprimir, de forma diversa, sugestões épicas muito salientes. Numa escrita impetuosa, ostensivamente mais ficcional do que a do livro de Villiers, n’*O Lugre* – peça dramática que estreou em 26 de Outubro de 1959, no Teatro Nacional D. Maria II, com reacções hostis do público –, Santareno imagina episódios de violência a bordo de um velho lugre de madeira. A ânsia dos homens em seis meses de mar, os constrangimentos do quotidiano e a dureza do trabalho acabam por compor um quadro lúgubre da pesca do bacalhau que chega a incluir alguma crítica de sentido político. Ainda que Santareno, futuro militante comunista na clandestinidade, exprima aqui e ali uma visão neo-realista da faina, optando por um retrato envolvente não hesita em qualificar os pescadores-marinheiros de “tipos perfeitos da raça”<sup>49</sup>.

Se um e outro autores integram os pescadores de bacalhau na galeria de heróis da história portuguesa, no escrito de Villiers tal representação é muito mais vincada e totalizante: o pescador-marinheiro é-nos apresentado como uma construção humana admirável mas não auto-suficiente. O mesmo é dizer que, segundo o autor australiano,

---

<sup>49</sup> *Nos Mares do Fim do Mundo*, Lisboa, Ática, 1959. Trata-se de uma crónica de viagem distinta da de Alan Villiers, visto que o texto de Santareno se compõe de fragmentos de viagem. O autor narra episódios observados e recriados em doze meses de convívio com os pescadores portugueses. Parte da narrativa baseia-se em “estórias” e memórias recolhidas oralmente junto dos bacalhoeiros e de suas famílias.

os “admiráveis capitães de Ílhavo” ou os pescadores açorianos só evidenciavam as suas qualidades num quadro organizacional mais vasto e dominado pela comunhão de elementos alinhados numa hierarquia natural e funcional: o navio, o armador, a organização corporativa, o governo e o Estado. Nesta construção ideológica que perpassa a narrativa de *A Campanha do Argus*, não há lugar para anti-heróis. Mas eles existem nos textos de Santareno. N’*O Lugre* os pescadores debatem-se com o medo e a morte, com a fragilidade humana que releva do confronto incerto que travam com a natureza.

Sintoma da eficácia das estratégias de reprodução nacional e internacional da ideia de “ressurgimento” da pesca do bacalhau, o certo é que as representações do fenómeno transbordaram a esfera pública e, quer num quer noutra campo, procuraram persuadir os interlocutores de que o Estado Novo português inscrevera no seu projecto cultural e na sua ideia de nacionalismo a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”.

## Conclusões

O mar composto pelo Estado Novo não foi apenas o objecto de uma mística pastoral nem se fez somente de apologias conservadoras tributárias do ideário ruralista. Teve uma elaboração ideológica relativamente autónoma dessas referências de teor integralista; foi, também, o palco historicista onde as pretensões de grandeza da nação se puderam outra vez alimentar.

Os discursos e imagens que sugerem a reconstrução histórica de uma “comunidade nacional das gentes do mar” radicam na necessidade de legitimar o figurino de enquadramento público-autoritário dos pescadores definido por Salazar em 1937. Concretizado esse intento preliminar que, em 1933, fora inscrito no programa de corporativização do “trabalho nacional”, os argumentos ideológicos e as ritualizações simbólicas promovidos pelo Estado em torno da “grande pesca” procuram fixar horizontes mais largos, de uma soberania concreta e imaginária, como tentam inibir quaisquer visões decadentistas sobre o “mar português”.

As estratégias de reprodução ideológica que detectámos na edificação do *maritimismo* salazarista podem reunir-se em dois movimentos correlativos, particularmente nítidos nos processos de propagação da “obra social das pescas”: *i*) uma nacionalização tradicionalista da “cultura popular” – ou daquilo que o Estado declara como tal; *ii*) uma folclorização da “cultura nacional” – do conceito e das práticas que sinalizam publicamente a sua existência. A este projecto binário, pouco distinto do que diversos autores identificaram no estudo das práticas culturais impostas ao mundo rural, acrescem circunstâncias específicas das pescas portuguesas: um “meio social” muito marcado pela polarização territorial das suas comunidades; um nicho de escassa expressão demográfica, quando comparado com o universo nacional agrário; por fim, o facto de as “pescas corporativas” terem conhecido, logo em 1936, um padrão político carismático e empreendedor, que cedo emprestou ao sector e às relações entre o “público” e o “privado” uma fortíssima dimensão oligárquica.

Apesar destas singularidades, a fim de combater cepticismos políticos e prevenir críticas à organização corporativa, a doutrina legislativa e a propaganda nunca deixaram

de sugerir uma osmose entre a oligarquia de Estado e as populações marítimas. Monótono, o discurso oficial proclamou amiúde uma identificação profunda entre o “interesse nacional” e as necessidades dos colectivos piscatórios. Não obstante a retórica e os fins instrumentais desta construção ideológica de fundo historicista, não restam dúvidas de que o *maritimismo* penetrou a identidade discursiva do nacionalismo português que o Estado Novo retocou da herança demo-liberal.